Sexta-feira, 7 de novembro de 2025

Projeto de Lei "Adote um Casarão" propõe novos usos para antigos casarões e promete revitalizar Petrópolis

Casarão" propõe novos usos para antigos casarões e promete revitalizar Petrópolis

O Projeto de Lei "Adote um Casarão", de autoria do vereador Léo França, foi votado e aprovado em primeira discussão na sessão plenária desta quinta-feira (6). A iniciativa cria um programa que incentiva a recuperação, conservação e o uso sustentável de imóveis históricos em Petrópolis. A proposta, ainda em tramitação, representa um passo importante para enfrentar o abandono de casarões e edificações de valor histórico, oferecendo uma solução inovadora que une preservação do patrimônio, revitalização urbana e desenvolvimento sustentável.

Transformando espacos abandonados em oportunidades

O "Adote um Casarão" busca garantir a preservação do patrimônio cultural de Petrópolis, incentivando a requalificação de imóveis que se encontram em estado de abandono ou su-

Projeto de Lei "Adote um butilização, transformando-os em espaços que podem abrigar atividades culturais, turísticas, sociais, empresariais e comerciais. O projeto propõe uma parceria entre o poder público, proprietários de imóveis e adotantes – pessoas físicas ou jurídicas interessadas em investir na recuperação desses bens, com o apoio de isenções fiscais e incentivos.

Benefícios para a cidade e os adotantes

"O programa é um passo significativo para a cidade, unindo esforços para melhorar a qualidade de vida urbana, ao mesmo tempo em que preserva a rica história de Petrópolis. A implementação desta lei trará benefícios diretos aos moradores, turistas e investidores, e colocará a cidade na vanguarda de um movimento de preservação e revitalização de patrimônio que pode servir de exemplo para outros municípios", afirmou o vereador Léo França.

O município de Petrópolis será o gestor e fiscalizador do



O PROJETO visa preservar o patrimônio histórico e cultural de Petrópolis

programa, garantindo a transparência e a fiscalização dos contratos, enquanto os adotantes terão a responsabilidade de recuperar e conservar os imóveis, cumprindo as contrapartidas acordadas. Em troca, os adotantes contarão com benefícios como isenção de IPTU e outras taxas municipais, além do direito de explorar os imóveis para fins culturais, sociais ou econômicos, respeitando sua preservação histórica e cultural.

Para o vereador, o "Ado-

te um Casarão" é um projeto transformador que representa uma oportunidade única para proteger o patrimônio histórico da cidade e gerar um impacto positivo na economia local. "Ao incentivar a adoção de casarões e imóveis abandonados, o programa também cria um ambiente favorável ao turismo cultural, atraindo novos visitantes e consolidando Petrópolis como um destino turístico ainda mais atrativo", enfatizou Léo França.

Petrópolis como exemplo de sustentabilidade e preservação

Com a aprovação desta proposta, Petrópolis pode se tornar um exemplo na preservação de seu patrimônio. O Projeto "Adote um Casarão" não apenas valoriza o passado de Petrópolis, mas também promove o futuro da cidade de maneira sustentável e inovadora.

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

- · Preservar o patrimônio histórico e cultural de Petró-
- · Requalificar imóveis históricos e dar novo uso a casarões abandonados.
- · Fomentar o turismo, a cultura e o empreendedorismo
- · Incentivar o desenvolvimento sustentável e a revitalização de áreas urbanas históricas.

voltou a ser frequentada por diversas

PUBLICAÇÃO OFICIAL 07-11-2025

ATA DA 35ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no no Plenário da Câmara Municipa Petrópolis, verificado o quórum havendo número legal, às quinze noras e nove minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos nício aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Wesley Barreto que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. EXPEDIENTE:GP Diversos no: 709/2025 CMP (9363/2025); GP Diversos no: 708/2025 CMP (9364/2025); GP Diversos nº: 710/2025 CMP (9365/2025); Projeto de Lei no: 9372/2025 do Vereador Fred Procópio; Emenda à Loa – Impositiva no: 9349 e 9370/2025 do Vereador Junior Requerimento de Informação 61/2025 do Vereador Thiago Damaceno: Lido Requerimento Administrativo nº: 1158/2025 que retorna as funções legislativas do Vereador Fred Procópio; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Junior Paixão solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então ORDEM DO DIA: Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2234/2025 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloĭsio, do Vereador Marquinhos Almeida Vereadora Professora Vereador Octávio Sampaio e do Veréado Thiago Damaceno; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 6180/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto foi aprovado com 10 votos Registre-se a ausência do Vereador Gil Magno, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio: Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº: 8024/2025 do Vereador Dudu; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registrese a ausência do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 4971/2025 do Vereador Júnior Coruja; a Indicação foi aprovada com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio: Colocado on decado Octavio Sampaio, colocado em discussão e votação em bloco as Indicações nº: 1421, 1424, 1437, 3577, 3784, 3789, 3793, 3851, 4003, 4004, 5611, 5622, 5623, 5758, 5839, 6590, 6949, 6950, 8663, 8944, 9154, 9215 e 9216/2025; as Indicações foram propulações em 22 votas Pacidados aprovadas com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que o Vereador Léo França solicitou que iustificasse em ata a falta Vereadora Professora Lívia, pois esta encontra-se em Brasília; Terminada a ORDEM DO DIA e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, a Presidência, às quinze horas e quarenta e três minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em seguida. Escrevo, atesto assino para fazer constar, Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se

ATA DA 36ª SESSÃO DO 2º PERÍODO

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o guórum e havendo número legal, às quinze horas e quarenta e quatro minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruia declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura do expediente EXPEDIENTE: Indicação nº: 9353, 9357. 9358 e 9359/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 9366/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 9367/2025 da Vereadora Gilda Beatriz;

Tiago Leite: Indicação nº: 9371/2025 do ador Thiago Damaceno; Indicaçã 9373/2025 do Vereador Dud Terminada a leitura do Expediente o Vereador Thiago Damaceno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente passou então à **ORDEM DO DIA**: Colocado em 2ª discussão e votação o Proieto de Lei nº: 4784/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei 1532/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de em la discussa e volação o Projeto de Lei nº: 4077/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia, do Vereador Control Compressora Lívia, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 6653/2025 da Vereadora Júlia Casamasso: o Proieto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 9376/2025 do Vereador Fred Procópio; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº: 9372/2025 do Vereador Fred Procópio Projeto foi aprovado com 11 votos Vereadora Registre-se a ausência da Gilda Beatriz do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Requerimento em discussão e voltação o Requeimento de Inclusão nº: 9375/2025 do Vereador Fred Procópio; o Requerimento foi aprovado com 08 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que a Vereadora Júlia Casamasso votou contra o Requerimento; Colocado em discussão e votação o GP Projeto de Lei nº: 333/2025; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que a Vereadora Júlia Casamasso votou contra o Projeto: Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 9394/2025 do Vereador Dudu; o Requerimento foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marguinhos Almeida. Vereadora Professora Lívia e do Vereado Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº: 9393/2025 do Vereador Dudu; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 4106/2025 do Vereador Gil Magno; a Indicação foi aprovada com 09 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa n°: 4975/2025 do Vereador Wesley Barreto; a Indicação foi aprovada com 09 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que o Vereador Júnior Coruja solicitou que constasse em ata a falta do Vereador Marquinhos Almeida, pois este encontrase em uma agenda extrena; Ato contínuo. Colocado em discussão e votação em bloco as Indicações nº: 1257, 1409, 1418, 3780, 3782, 3783, 3850, 3949, 4087, 4393, 4813, 5608, 5609, 5610, 5712,

6948, 7089, 7269, 7462, 8956, 8977, 9210, 9211, 9217 e 9242/2025; as Indicações foram aprovadas com 12

Registre-se a or Marquinhos Vereador Almeida. Vereadora Professora Lívia e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que a sessão foi suspensa às dezesseis horas e vinte e oito minutos; Registre-se que a sessão foi retomada às dezessete horas quatorze minutos: Ato contínuo. Terminada a ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: 1) FRED PROCÓPIO, MDB – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Expressou satisfação de retornar à Câmara Municipal, ainda que temporariamente, para cumprir uma missão considerada nobre. Explicou que ao longo do dia, conversou com técnicos, com a equipe de Finanças e Orçamento e com outros vereadores, e que, dessas conversas, surgiu um desfecho mais positivo do que o inicialmente previsto. Segundo ele, a ideia inicial era solicitar vereadores da base que destinassem recursos de suas emendas impositivas para garantir a merenda escolar do ano de 2026. No entanto, após o diálogo com o setor financeiro e com os demais parlamentares, encaminhou um pedido à Comissão de Finanças e Orçamento da Casa, autorizado pelo presidente do Legislativo, vereador Júnior Coruia, a em uma recente mudança legislativa no Congresso Nacional — a Proposta de Emenda Constitucional nº 66, que deu origem à Emenda Constitucional nº 136. Essa alteração beneficiou os municípios de todo o país, inclusive Petrópolis, ao estabelecer um teto para despesas com conforme explicou, precatórios, dívidas acumuladas pelos municípios ao longo dos anos, cujos pagamentos são determinados pelos Tribunais de Justiça estaduais. Com a nova emenda constitucional, o teto estabelecido é inferior ao valor atualmente pago por Petrópolis, o que libera recursos orçamentários antes comprometidos. Diante disso, a Comissão de Finanças considerou procedente o requerimento apresentado pelo vereador. Com o apoio dos demais parlamentares, ficou decidido que, em vez de utilizar as emendas impositivas para custear a merenda, município usará o valor excedente do montante inicialmente previsto para pagamento de precatórios. Esse recurso, que totaliza R\$ 15 milhões, havia sido provisionado em julho e. com a mudanca legislativa, poderá ser remanejado. A Comissão de Finanças, que possui autonomia para esse tipo de movimentação, acolheu o pedido e se comprometeu a destinar o valor remanescente, somando-o aos recursos já previstos, para garantir o montante de R\$ 30 milhões destinado à merenda escolar em 2026. Esse valor, segundo o vereador, corresponde ao apontado nas reuniões do Conselho de Alimentação Escolar, presidido pela representante do da vereadora Júlia, representante da Câmara nesse conselho. Destacou que sua ida à Câmara teve um objetivo inicial mas que, graças ao diálogo e à cooperação, foi possível alcançar uma solução ainda melhor. Ressaltou que a merenda escolar para o próximo ano está garantida e assegurada, atendendo às 191 escolas municipais número que deve chegar a 192 com a conclusão de uma nova unidade. Em seguida, agradeceu ao presidente da Casa, vereador Júnior Coruja, e aos membros da Comissão de Financas e Orcamento: Thiago Leite (presidente), Thiago Damaceno (vio presidente), Carlos Alberto (vogal suplente do vereador na comissão), Júnior Paixão e Aloísio Barbosa (líder do governo). Informou ainda que, assim que retornar à Secretaria de Planejamento e Governo, Carlos Alberto reassumirá a função na comissão, com a missão de dar continuidade ao trabalho. Expressou também sua gratidão, em nome das crianças, diretores, professores e demais profissionais da educação. vereadores da oposição, que participaram das discussões e compreenderam a viabilidade da proposta após o debate. Concluiu destacando que as emendas impositivas ficam liberadas para que os parlamentares as destinem a outras áreas, uma vez que, por meio desse esforço conjunto entre Câmara e governo municipal, sob a lideranca do vereador Aloísio Barbosa, a merenda escolar de 2026 está garantida de forma responsável e colaborativa. Agradeceu e despediu-se. 2) DR. ALOÍSIO – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores,

os presentes, a imprensa e os

Júlia por ceder a vez para que ele pudesse se pronunciar antes. Informou que sua fala seria breve e relatou ter recebido diversas mensagens, tanto no telefone do gabinete quanto no pessoal, de profissionais da enfermagem cobrando o pagamento do piso salarial e do complemento devido. Recordou que esteve em Brasília, juntamente com os vereadores Tiago Leite e Léo França, este último também em busca de soluções para garantir o pagamento do piso da categoria. Ressaltou que a questão do piso da enfermagem não se trata de identificar de quem foi o erro se da prefeitura, do Ministério da Saúde, de falhas de comunicação ou de informações incorretas, mas sim de resolver o problema enfrentado pelos profissionais que ainda não estão recebendo o valor devido. Destacou que todos os que to Casa parlamentares da estão empenhados em cobrar providências, tanto do Ministério da Saúde quanto do governo municipal, para que a situação informou que, durante reunião realizada em Brasília, ele e o vereador Tiago Leite se reuniram com uma assessora da pasta, que forneceu um contato por e-mail. Esse endereço foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, com o obietivo de buscar uma resposta efetiva. Lamentou a forma como o tema tem sido noticiado, esclarecendo que não são todos os profissionais da enfermagem que estão sem receber o complemento do piso, mas sim uma parcela significativa da categoria, o que já é motivo de preocupação e não pode continuar acontecendo. Reafirmou que seu gabinete e seu mandato estão à gabinete e seu mandato estato a disposição da classe, assim como os mandatos dos vereadores Tiago Leite, Júlia e Thiago Damaceno, para continuar cobrando soluções e garantindo que haja comunicação direta entre o Ministério da Condato de Constato Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, abordou a situação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias Informou que o coordenador do gabinete do deputado federal Dr. Luizinho já lhe comunicou que um ofício foi encaminhado ao Ministério Saúde, e que os vereadores serão informados sobre a data da reunião que será marcada com o minisuo da pada. Cobjetivo desse encontro será tratar do credenciamento dos 155 agentes comunitários aprovados no último concurso, para que possam receber o incentivo financeiro ainda no final de ano. Agradeceu e despediu-se. 3) JÚLIA CASAMASSO, PSOL – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comentou sobre a situação da merenda escolar, destacando que acompanha o tema de forma comprometida desde o ano anterior. Explicou que, desde então, participa de todas as reuniões do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e relembrou que, quando chegou à Câmara a última Lei Orcamentária Anual (LOA), aprovada constatou-se que o valor destinado à merenda escolar era de apenas R\$ 11 milhões. Na ocasião, afirmou ter milhões. Na ocasião, afirmou ter dialogado com os parlamentares da legislatura anterior, propondo emendas modificativas para ampliar o orçamento da merenda e evitar os problemas que vêm ocorrendo neste ano. Contudo. as emendas apresentadas foram rejeitadas, e o valor de R\$ 11 milhões foi mantido na LOA. Destacou que continuou acompanhando de perto os trabalhos do Conselho de Alimentação Escolar, reforcando a importância dos conselhos municipais como instrumentos legítimos de participação popular. Relatou que, no âmbito do conselho, as discussões apontam que seriam necessários entre R\$ 35 e R\$ 40 milhões para garantir a merenda durante todo o ano de 2026. sem interrupções de fornecimento, atrasos de pagamento ou falhas na distribuição de alimentos. Afirmou que suas críticas em relação à gestão da merenda não têm caráter político ou oposicionista, e ressaltou que seu nandato é independente, pautado pelo compromisso com a população petropolitana. Segundo a ela, quando o governo municipal apresenta propostas positivas, seu voto é favorável; contudo, quando há falhas, o dever do Legislativo é fiscalizar e cobrar. Observou que é uma excelente notícia saber que o orçamento de 2026 contará com R\$ 30 milhões para a merenda escolar, mas lembrou que ainda é necessário garantir o fornecimento até o final de 2025, considerando que muitas crianças têm na

escola sua principal refeição do dia. Frisou que, desde que a LOA chegou à

2026, seu gabinete já havia enviado ofício ao Executivo solicitando a retificação do valor, pois sabia-se que esse montante não seria suficiente. Explicou que, após muito estudo e trabalho sobre a peça orçamentária, que classificou como complexa, foram apresentadas cinco s modificativas para elevar destinado à merenda valor destinado à merenda a aproximadamente R\$ 32,5 milhões, com o apoio de uma moção do Conselho de Alimentação Escolar. Ao comentar a boa notícia de que os R\$ 30 milhões para a merenda de 2026 estão assegurados, ponderou que ainda existem muitas outras demandas a serem enfrentadas. Informou que está elaborando emendas impositivas com base ideias e contribuições apresentadas pela durante o encontro participativo realizado Câmara Municipal no dia anterior Relatou com satisfação que o evento contou com a presença de lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e entidades como o Museu a Associação Brasileira de Saúde Mental, o Centro de Defesa dos moradores, todas colaborando para a construção de um orçamento municipal mais participativo e representativo. Enfatizou que a definição de prioridades orçamentárias deve refletir as necessidades reais da população e que continuará atuando dessa forma, por meio de emendas, projetos de lei e indicações legislativas, sempre em diálogo com o Executivo. Destacou que a política deve ser feita com debate, diplomacia e respeito, mas também com firmeza na defesa de princípios e propósitos. Em seguida, cobrou propósitos. Em seguida, cobrou novamente o pagamento dos funcionários do Hospital Clínico de Corrêas (HCC), informando que muitos ainda não havia recebido o salário referente a setembro, o que considerou um absurdo. Criticou a justificativa apresentada pelo hospital de que o atraso se deve à falta de repasse da prefeitura, afirmando que esse argumento é inaceitável, pois os trabalhadores têm direito de receber pelos dias trabalhados. Declarou que continuará cobrando explicações da Secretaria Municipal de Saúde para entender o que está ocorrendo e buscar uma solução. Ressaltou que diversos funcionários procuraram seu gabinete pedindo apoio e denunciando a situação. que já havia sido debatida em outras ocasiões. Por fim, afirmou que é preciso repensar a continuidade do contrato com o hospital privado, considerando o alto custo e as constantes reclamações, inclusive quanto à ausência de contrato para os leitos de UTI. Defendeu que os recursos municipais sejam priorizados para o fortalecimento dos equipamentos públicos de saúde, como o Hospital Nelson de Sá Earp, que possui boa estrutura, mas encontra-se precarizado. Concluiu afirmando que o fortalecimento da rede pública deve ocorrer por meio de investimentos, melhoria das condições de trabalho e realização de concursos públicos, garantindo atendimento de qualidade e valorização dos servidores municipais. Reiterou que o pagamento dos salários é um direito básico e que continuará acompanhando o caso de perto, porque, como destacou, "os boletos não esperam, o aluguel não espera, e o trabalhador precisa receber o se. 4) THIAGO DAMACENO, PSDB -Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Reafirmou o compromisso de manter um olhar atento aos eventos realizados no município, defendendo que sejam mais acessíveis à população e, especialmente. cidade entre elas, a Praça da Liberdade. Destacou que essa praca. cujo próprio nome remete à liberdade nasceu como um espaço de festejos populares, frequentado historicamente por pessoas escravizadas que ali comemoravam a conquista de suas cartas de alforria. Ao longo do tempo, entretanto, observou-se uma mudança no perfil de ocupação do entorno, com parte dos moradores passando compreender que o espaço não deveria mais ser utilizado para eventos populares. Reforçou sua posição ntrária a essa visão, defendendo que Praça da Liberdade mantenha um calendário fixo de eventos, que podem ocorrer durante o dia ou á tarde, mas que sejam acessíveis e promovam o convívio social. Segundo ele, a vitalidade da praça depende dessa ocupação comunitária e cultural. Relembrou o período entre 2013 e 2016, quando,

comunidades da cidade, que antes viam o centro histórico como um espaço restrito a pessoas de maior poder aquisitivo. No entanto, observou que, especialmente após a pandemia, houve uma regressão nesse processo de de dinamismo cultural. ainda a importância econômica desse movimento para os afirmou que continuará lutando para que tenha uma . Informou presente na Secretaria de Cultura. acompanhado dos ambulantes e do secretário Adenilson, para solicitar que já em 2026 seja estabelecido um calendário fixo de eventos na Praça da Liberdade. Em seguida, relatou uma reunião realizada na semana anterior com um grupo de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, categoria pela qual demonstrou profundo respeito e reconhecimento. Destacou a relevância desses profissionais não apenas na área da saúde e no cuidado ambiental, mas também no apoio às ações da Defesa Civil. Resgatando um episódio de sua trajetória parlamentar. lembrou que, em 2014, quando ainda ocupava o cargo na Câmara, liderou a aprovação de um projeto de lei enviado elo então prefeito Rubens de omtempo, que instituiu o abono de Defesa Civil no valor de R\$ 200 para os agentes de saúde e de combate às endemias. O objetivo era reconhecer a atuação desses profissionais também em situações emergenciais, como enchentes e deslizamentos. Observou que esse abono permanece sem reajuste desde sua criação, há 11 anos, apesar de o trabalho desses agentes ter se ampliado consideravelmente, dada a vulnerabilidade geográfica do município Enfatizou que, nas chuvas de abril de 2025, os agentes estiveram presentes nos abrigos, escolas e pontos de apoio atuando na linha de frente do acolhimento às famílias afetadas Também mencionou o problema relacionado ao credenciamento de 155 agentes, cujo processo, iniciado no governo anterior, ainda não foi regularizado, dependendo também do governo federal. Reafirmou que seu compromisso é com os trabalhadores e não com o erro administrativo, garantindo que continuará lutando até que todos tenham seus direitos assegurados — incluindo o teto salarial, o incentivo financeiro adicional e demais benefícios egais. Encerrando sua fala, fez uma saudação aos servidores públicos municipais pelo Dia do Servidor, celebrado em 28 de outubro. Expressou seu respeito e apreço por cada servidor e servidora, reconhecendo o momento difícil vivido pela categoria no município Segundo ele, a atual conjuntura não é de tranquilidade nem de bonanca, e todos, inclusive os vereadores, compartilham a apreensão diante da crise financeira e administrativa enfrentada pela cidade. Defendeu que, dentro das políticas públicas, é preciso estabelecer prioridades, e reafirmou sua convicção de que o servidor público deve ser a principal delas, pois é quem sustenta a máquina administrativa e garante a continuidade dos serviços essenciais, independentemente políticas. Declarou que o mandato está comprometido em trabalhar, junto aos demais parlamentares, por uma melhora na situação orçamentária e financeira do município, de modo a assegurar dias melhores e mais estabilidade aos servidores. Encerrou sua fala pedindo que o Dia do Servidor sirva como momento de reflexão para a classe política de Petrópolis, reforçando a necessidade de diálogo e de compromisso com o funcionalismo público. Embora reconheca que o dia 28 de outubro de 2025 será de preocupação o vereador reafirmou sua esperança de que, com clareza e vontade política, seja possível reconstruir um cenário mais justo e digno para as servidoras e os servidores da cidade. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, a Presidência, às dezoito horas e cinco minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia cinco de novembro às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se. **Vinicius Martins**